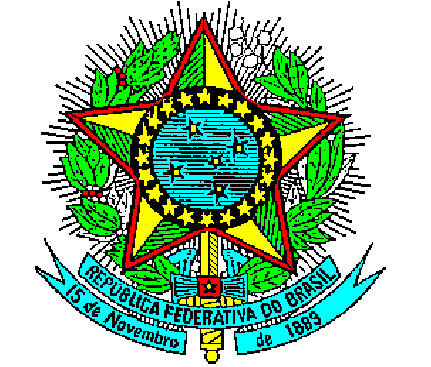
****

**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**EXÉRCITO BRASILEIRO**

**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**

(Contadoria Geral /1841)

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO Nº 06/2019**

**(Processo Administrativo n.° 64689.019329/2019-53)**

1. DO OBJETO
   1. Aquisição de material de consumo**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| **GRUPO/LOTE** | **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTIDADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL (Máximo aceitável)** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO 1\*** | **1** | Placa em acrílico cristal, 3mm de espessura, medindo 40x80cm, impressão UV no verso, formato retangular, com fita adesiva dupla face de silicone de alta aderência pra fixação da placa. Entregue e instalada no local. Arte inclusa\*.  Imagem ilustrativa no Anexo II. | Und | 17 | R$  R$ 535,33 | R$ 9.100,61 |
| **2** | Placa de vidro temperado, 8mm de espessura, medindo 1,50x1,50m. Impressão UV no verso, formato quadrado, parafusos prolongadores para fixação dos vidros, com 4 parafusos cromados dispostos nos cantos. Entregue e instalada no local. Arte inclusa\*. Imagem ilustrativa no Anexo II. | Und | 1 | R$  2.191,67 | R$ 2.191,67 |
| **3** | Placa de vidro temperado, 8mm de espessura, medindo 2,00x1,20m, impressão UV no verso, formato retangular, parafusos prolongadores para fixação dos vidros, com 4 parafusos cromados dispostos nos cantos. Entregue e instalada no local. Arte inclusa\*. Imagem ilustrativa no Anexo II. | Und | 1 | R$  1.773,33 | R$  1.773,33 |
| **-** | **4** | Placa eletrônica PCB INVERTER (ARUV80LT2) – EBR3632808.  Para uso em sistema de ar condicionado VRF marca LG. | Und | 2 | R$ 12.346,40 | R$ 24.692,80 |
| **-** | **5** | Placa eletrônica MAIN PCB (ARUV80LT2) – EBR42702618.  Para uso em sistema de ar condicionado VRF marca LG. | Und | 01 | R$ 4.882,90 | R$ 4.882,90 |
| **-** | **6** | Placa eletrônica MAIN PCB (ARUV160LT2) – EBR42702622.  Para uso em sistema de ar condicionado VRF marca LG. | Und | 01 | R$ 6.684,26 | R$ 6.684,26 |
| **-** | **7** | Placa eletrônica PCB INVERTER (ARUV160LT2) – EBR3632808  Para uso em sistema de ar condicionado VRF marca LG. | Und | 01 | R$ 12.346,40 | R$ 12.346,40 |
| **-** | **8** | Placa eletrônica PCB INVERTER (ARUN160LT2) – EBR36932808.  Para uso em sistema de ar condicionado VRF marca LG. | Und | 01 | R$ 12.346,40 | R$ 12.346,40 |
| **-** | **9** | Placa eletrônica PCB p/ARNU24GVJA2 – EBR39566203.  Para uso em sistema de ar condicionado VRF marca LG. | Und | 01 | R$ 1.055,20 | R$ 1.055,20 |
| **-** | **10** | Bloco de iluminação de emergência com no mínimo 2000 lumens (total), cor cinza ártico ou branco, alimentação full range, com lâmpadas LED, com dois faróis, área de abrangência no ambiente mínima de 240m², tensão de alimentação 220v ou bivolt, autonomia mínima de 2 (duas) horas, tecnologia dos faróis LED de alta potência, intensidade luminosa mínima de 2000 lumens (mínimo 1000 lumens em cada farol), ângulo de abertura mínima de 30°, fixação com engate rápido com parafusos inclusos, peso máximo do equipamento de 2kg.  Produzido com material antichamas, atendendo às normas de sistema de iluminação de emergência NBR 10898.  Garantia mínima de 12 meses Modelo sugerido (igual ou similar): Bloco de iluminação de emergência Autônoma Intelbras BLA 2000. | Und | 50 | R$ 295,78 | R$ 14.789,00 |
| **VALOR TOTAL: R$ 89.862,57** (oitenta e nove mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). | | | | | | |

***\*A Contratante irá enviar a(s) imagem(ns)/palavra(s) para a contratada criar a arte (serviço de design gráfico) a ser utilizada nos itens de 1 a 3. A arte criada pela contatada será submetida para aprovação da contratante, somente após aprovação estará autorizada a produção dos itens de 1 a 3****.*

* 1. O objeto da licitação tem a natureza de bem comum para atendimento das necessidades da SEF e suas OMDS.
  2. Os quantitativos dos itens são os descriminados na tabela acima conforme necessidades apresentadas pelas requisições:

- Requisição n°16-SG3/SEF, de 30 de outubro de 2019;

- Requisição n°02-Gestor do Contrato n°08/2018, de 31 de outubro de 2019; e

- Requisição nº 42 – Fisc Adm, de 07 de novembro de 2019.

* 1. Os itens acima estão divididos em itens e em 1 (um) grupo (lotes) na seguinte configuração:
     1. O lote nº 1 é formado pelos itens 1 ao 3 – material de consumo (placas) valor estimado do lote é de R$ 13.065,61 (treze mil sessenta e cinco reais e sessenta e um centavo).
  2. Justificativa para adoção da licitação por grupo (lote):
     1. Os itens do grupo possuem a mesma unidade de medida, local de entrega / prestação de serviço e quantidade mínima, além de possuírem inter-relação entre si;
     2. A baixa quantidade dos itens isoladamente poderia não despertar a participação das empresas na licitação, diminuindo a competitividade
     3. Quanto ao grupo 1, a contratação de empresas distintas para o fornecimento de placas com arte afetaria a padronização dos itens e consequentemente do ambiente onde serão instalados.
  3. **Os critérios de sustentabilidade:**
     1. **Para os itens de nº 01, 02 e 03 (Grupo/Lote 01),** enquadrados no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA n° 31, de 03/12/2009, modificado pela Instrução Normativa IBAMA n° 6, de 15/03/2013, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n° 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.
     2. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo;
     3. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
   1. A contratação de empresa(s) para o fornecimento do material de consumo, objeto deste termo, justifica-se pela necessidade de atender a Secretaria de Economia e Finanças - SEF, suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas - OMDS e do Centro de Controle Interno do Exército - CCIEx;
   2. O presente certame visa atender às solicitações constantes nas seguintes  
      requisições:

- Requisição n° 16-SG3/SEF, de 30 OUT 19, do Chefe da Seção de Gabinete 3 da SEF;

- Requisição n° 02 - Gestor do Contrato n°8/2018, de 31 OUT 19, da Gestora do Contrato n°8/2018 SEF; e

- Requisição n°042 – Fisc Adm, de 07 de NOV 19, do Fiscal Administrativo.

- Requisição n°01- Escritório do Centenário, de 28 de novembro de 2019.

* 1. O Bloco “I” do Quartel General do Exército é onde se encontra instalada toda a Secretaria de Economia e Finanças do Exército. Nesse edifício estão alocadas a Secretaria de Economia e Finanças, como organização militar e órgão de supervisão e planejamento orçamentário do Comando do Exército. Juntamente com a SEF, no bloco “I”, residem a Diretoria de Contabilidade, a Diretoria de Gestão Orçamentária, a Diretoria de Gestão Especial, Assessoria de Orçamento e Finanças, Centro de Pagamento do Exército e o Centro de Controle Interno do Exército.

1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
   1. Os bens, objeto da licitação enquadram-se na categoria de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei n° 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo constituir-se em objeto de licitação por meio da modalidade Pregão, na forma Eletrônica.
   2. O fornecimento dos bens não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
2. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
   1. O **prazo para entrega dos bens** é **de 30 (trinta) dias corridos**, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço da **Secretaria de Economia e Finanças - SEF, sediada na Avenida do Exército** - **QGEx** - **SMU** - **Bloco 1 - Subsolo (Almoxarifado da SEF)** - **CEP: 70.630-904, Brasília-DF.**
      1. **Para os itens de 1 a 3 o prazo de entrega começa a conta a partir da aprovação da arte.**
   2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) representante do almoxarifado da SEF, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
   4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.
3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
   1. São obrigações da Contratante:
      1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
      2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
      3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
      4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
      5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos noEdital e seus anexos;
   2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
   1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
      1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referênciae seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
         1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
      2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
      3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
      4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
5. DA SUBCONTRATAÇÃO
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
   2. Justificativa: Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação. A experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso desse certame e considerando também que os itens do Pregão são para “pronta entrega” e de baixa complexidade e que a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993.
6. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DAEXECUÇÃO
   1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
      1. O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
8. DO PAGAMENTO
   1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
      1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
   3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
      1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
   4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
   5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
   7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
   8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
   9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
   11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1.Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

* 1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
     1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
  2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 ) | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |

365

1. DO REAJUSTE
   1. Os **preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.**
      1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
   2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
   3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
   4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
   5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
   6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
   7. O reajuste será realizado por apostilamento.
2. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
   1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução considerando que os itens do Pregão são para “pronta entrega”, de baixa complexidade e possuem valor inferior aos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.
3. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
   2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
      1. Advertência**,** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
      3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
      4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
         1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
      7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
   4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, asempresas ou profissionais que:
      1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
      1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
   7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
   8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
   10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
   11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
   12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
   1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **GESTÃO** | **PTRES** | **FONTE DE RECURSOS** | **NATUREZA DA DESPESA** | **PLANO INTERNO** |
| 00001 | 1714460 | 0100000000 | 33.90.00 | I3DAFUNADOM |

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.

**FERNANDO HENRIQUE MAURÍCIO - Maj**

Fiscal Administrativo da SEF

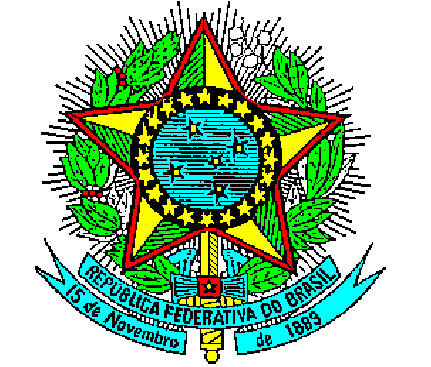
1. DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente Termo de Referencia, por satisfazer os requisitos atinentes aos objetos solicitados nas requisições e respectivas justificativas, bem como por atender as exigências legais e regulamentares concernentes a este processo.

Brasília, DF, 18 de fevereiro de 2020.

**RAFAEL ALVES DE SOUZA – Ten Cel**

### Ordenador de Despesas/SEF

****

**MINISTÉRIO DA DEFESA**

**EXÉRCITO BRASILEIRO**

**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**

(Contadoria Geral /1841)

**ANEXO II**

**SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**

**PREGÃO Nº 06/2019**

**(Processo Administrativo n.° 64689.019329/2019-53)**

|  |
| --- |
| **Imagem ilustrativa para o** **item 1** |
| placa acrílico.jpeg |
| **Imagem ilustrativa para os** **itens 2 e 3** |
| FOTO.png |

**ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial**

“TIMBRE DA EMPRESA”

1. **DADOS DA EMPRESA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Razão social: XXXX | | | |
| CNPJ (MF) Nº: XXXX | | | |
| Inscrição Estadual nº: XXXX | | | |
| Inscrição Municipal nº: XXXX | | | |
| Endereço: XXXX | | CEP: XXXX | |
| Telefone: XXXX | |  | |
| Cidade: XXXX | | UF: XX | |
| Banco: XXXX | Agência: XXXX | | Conta Corrente: XXXX |
| **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA** | | | |
| Nome: XXXX | | | |
| CPF: XXXX | | Cargo ou Função: XXXX | |
| Carteira de Identidade: XXXX | | Expedido por: XXXX | |
| Nacionalidade: XXXX | | Estado Civil: XXXX | |
| Endereço: XXXX | | | |
| Telefone: XXXX | | E-mail : XXXX | |

1. **PROPOSTA COMERCIAL**

Em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico n° 06/2019**, da Secretaria de Economia e Finanças do Exército, **UASG 160089**, apresento nossa proposta de preços:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item nº | DESCRIÇÃO (Especificação) | **Marca / Modelo** | **Prazo de Garantia / Assistência Técnica** | **Quantidade** | **PREÇO UNITÁRIO (R$)** | **VALOR TOTAL (R$)** |
| XX | (descrição completa, de acordo com o Termo de Referência) | YYYY | ZZZ | XX | XX,XX | XXXX,XX |
| -- | -- | -- |  | -- | -- | -- |
| -- | -- | -- |  | -- | -- | -- |

1. **Prazo de validade da proposta:** 90 (sessenta) dias.
2. **Prazo de entrega:** de acordo com o Termo de Referência (não superior a **30 (trinta) dias**)
3. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
4. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.
5. Caso nos seja homologado o objeto da licitação, comprometemos a cumprir os prazos determinados no Termo de Referência.

Local, data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Assinatura)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

Função

***Salienta-se que o modelo da Proposta de preços é apenas sugestivo, porém os dados solicitados SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO por parte da licitante, conforme item 9 do Edital e seus subitens.***